

## **CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO:**

**Uma experiência de participação popular na cidade de Goiânia.**

**MACEDO**, Patrícia Gomes<sup>1</sup>; **BORGES**, Pedro Célio Alves<sup>2</sup>

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

e-mail patrifilocs@yahoo.com.br

**PALAVRAS CHAVES:** conselho gestor, participação popular, Conselho de Habitação.

### **1. INTRODUÇÃO**

Os Conselhos Gestores, figuram a grande novidade nos moldes de formular e implementar políticas públicas no âmbito municipal. Segundo Gohn, os conselhos temáticos são “um dos principais resultados das recentes reformas municipais, que têm buscado instaurar um regime de ação política de tipo novo com uma maior interação entre governo e a sociedade” (GOHN, 2001- pg.83). Sua importância deve-se a sua natureza deliberativa, sendo espaços efetivos de decisão política acerca da gestão de determinada política pública.

As experiências de instalação dos conselhos municipais de habitação no Brasil<sup>3</sup>, datam da década de noventa e estão intrinsecamente ligadas às gestões democráticas de incentivo à participação popular.

De forma geral, os conselhos são criados a fim de traçar diretrizes para as políticas habitacionais do município e, principalmente, para administrar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação.

A avaliação feita pelo IBGE<sup>4</sup> em 2001 era de que, no aspecto geral, os conselhos de habitação não possuíam um funcionamento rotineiro, o que poderia significar sua instituição meramente formal. No entanto, para entender a complexidade das relações entre o poder público e os segmentos sociais representados nos conselhos, é preciso ter claro que a questão habitacional envolve primeiramente a oferta de um produto, ao contrário dos demais conselhos que

---

<sup>1</sup> Bolsista do Programa de Iniciação Científica Voluntária - PIVIC

<sup>2</sup> Orientador

<sup>3</sup> Fonte: Instituto Pólis/PUC-SP. O Conselho de Habitação de São Paulo. 2002

<sup>4</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2001

geralmente ofertam serviços, e não se restringe a unidades habitacionais, mas envolve as questões de infra-estrutura, urbanização, regularização, qualidade de vida e proximidade das oportunidades de emprego e renda. (CYMBALISTA, 2002)

## **2. METODOLOGIA**

Os instrumentos que nos propiciaram efetivar a análise do Conselho Municipal de Habitação foram buscados no método compreensivo, de Weber. Para tanto, foram levantados documentos (atas, regimento interno, resoluções, etc.). Buscamos na imprensa (Diário Oficial) arquivos sobre sua criação, instalação e deliberações.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na gestão do prefeito Pedro Wilson (2001-2004) na Prefeitura de Goiânia é instalado o Conselho Municipal de Habitação (COMUNH). Precedendo à sua instalação foram realizados: o Seminário Municipal de Habitação em novembro de 2001, do qual se definiu a realização da 1ª Conferência Municipal de Habitação, que aconteceu em junho de 2002. O objetivo maior dessa Conferência foi lançar bases para uma política municipal de habitação e instalar o Conselho de Habitação. Em setembro de 2002 o prefeito assina o decreto n.º 1.778 (05/09/2002) nomeando os membros para comporem o Conselho Municipal de Habitação.

De 2002 a 2004 foram realizadas dez reuniões do Conselho, analisamos atas de sete reuniões deste período. Em resumo, os temas que estiveram presentes nas pautas do COMUNH, foram a regularização fundiária, a relação do Conselho com as demais instâncias administrativas do governo municipal e estadual, a II Conferência de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação.

Um dos pontos de maior fragilidade na atuação do Conselho foi a ausência de regulamentação do Fundo Municipal de Habitação, a literatura afirma que: “um conselho sem recursos é um instrumento enfraquecido em suas funções de democratizar as relações políticas, restrito à fiscalização e às denúncias” (CYMBALISTA, 2002).

A análise das atas evidenciou que muito se discutiu e pouco se deliberou. Destacamos o despreparo técnico dos conselheiros, como ponto importante para a compreensão de linguagens burocrática e acadêmica que envolvem o tratamento das questões habitacionais, o que favoreceria a proposição de programas e obras

realizáveis e o encaminhamento do debate das necessidades habitacionais que justificam a existência do Conselho.

#### **4. CONCLUSÕES**

A experiência de Goiânia sobre a implantação e o desempenho do Conselho Municipal de Habitação não foge em muito às experiências dos conselhos de habitação instalados em outros municípios do Brasil. Mas é preciso ter em vista que o COMUNH de Goiânia está em fase embrionária. Esta foi sua primeira gestão e, é claro, muitos desafios precisam ser superados. A análise presente é importante por explicitar as deficiências já identificadas nessa primeira etapa de existência do Conselho. As dificuldades encontradas ainda assim não diminuem as potencialidades do Conselho como instrumento de participação, fiscalização e co-gestão das políticas públicas. A cultura de participação da sociedade civil em espaços como esse ainda é recente e, quase sempre marcada por dúvidas quanto aos papéis e finalidade dos que nele participam. Entretanto, cabe concluir que experiências como a do COMUNH favorecem o amadurecimento político de seus atores e reforçam a perspectiva da democracia.

#### **5. BIBLIOGRAFIA**

BERNADES, Genilda D'arc. Os construtores de Goiânia. Dissertação de mestrado. São Paulo – PUC/SP, 1989.

CYMBALISTA, Renato e MOREIRA, Tomás. O conselho municipal de habitação em São Paulo. Instituto Polis PUC/SP. Setembro, 2002.

[http://www.pólis.org.br/obras/arquivo\\_125pdf](http://www.pólis.org.br/obras/arquivo_125pdf). acesso em 10/07/2006.

CHAUL, Nasr N.F. A construção de Goiânia e transferência da Capital. Goiânia: Dissertação de mestrado. Historiografia, 1984.

GONH, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. Imprensa São Paulo: Cortez, 2001.

MOYSÉS, Aristides. Goiânia, metrópole não planejada / Aristides Moysés- Goiânia: Ed. da UCG, 2004 Introdução.

LUBAMBO, Cátia W. e COUTINHO, Henrique G. Conselhos gestores e o processo de descentralização. *São Paulo Perspec.* [online]. out./dez. 2004, vol.18, no.4 [citado 28 Março 2006], p.62-72. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br>